

# **O Velho e o Novo Trabalhismo: Heranças Trabalhistas no Pensamento Econômico do PT.**

Cerqueira Kleber.

Cita:

Cerqueira Kleber (2010). *O Velho e o Novo Trabalhismo: Heranças Trabalhistas no Pensamento Econômico do PT. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/76>

## **O velho e o novo desenvolvimentismo: heranças trabalhistas no pensamento econômico do PT Resumo**

O objetivo deste artigo é apresentar uma interpretação da influência do ideário nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960, e de suas matrizes trabalhistas, no pensamento econômico do Partido dos Trabalhadores – PT. A partir de uma análise do debate econômico no período, especialmente do estruturalismo cepalino, condensado nas obras de Raul Prebisch e de Celso Furtado, procura-se identificar as matrizes teóricas ali presentes que influenciaram na formulação das propostas de política econômica para o País, apresentadas pelo PT.

O artigo conclui que embora o PT tenha surgido fazendo uma apreciação bastante desfavorável sobre o nacional-desenvolvimentismo, com um balanço bastante negativo dos seus resultados econômicos e sociais, o partido não chegou a formular uma proposta de política econômica que rompesse totalmente com os pressupostos daquela ideologia e, mais ainda, manteve-se, em boa medida, dentro dessa tradição.

É praticamente consensual na literatura sobre as políticas econômicas no Brasil contemporâneo que o ideário do Estado desenvolvimentista dominou a formulação dessas políticas desde a era Vargas até o regime autoritário-militar, vindo a entrar em crise e ser abandonado a partir da crise da dívida externa e o começo da hegemonia neoliberal mundial, a partir do início dos anos 80.

Segundo Bielschowsky (1988, p. 293), o desenvolvimentismo só viria a se tornar hegemônico no País na segunda metade dos anos 50. No período anterior, especialmente após a Revolução de 30, o que ocorrera fora, tão somente *“uma primeira e limitada tomada de consciência da problemática de industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar que se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós-1930”*.

Para Mantega (1987), a ideologia desenvolvimentista, herdeira direta do keynesianismo, obteve no Brasil a adesão também de boa parte da esquerda, inclusive do Partido Comunista, constituindo-se *“na bandeira de luta de um conjunto heterogêneo de forças sociais favoráveis à industrialização e à consolidação do desenvolvimento capitalista”* (Mantega, 1987, p. 23). Dessa perspectiva,

para transformar os países periféricos (...) em nações desenvolvidas (...) era preciso incrementar a participação do Estado na economia por meio do planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização nacional (ibidem).

Num contexto político e intelectual fortemente marcado pela ideia da construção da nação, o nacionalismo desenvolvimentista não excluía a colaboração de capitais externos para o desenvolvimento do País, mas se preocupava em “*valorizar a estrutura socioeconômica nacional e dotá-la de dinamismo próprio*” (Mantega, 1987, p. 29).

E a associação do projeto desenvolvimentista com a incorporação da emergência das “massas” da população ao jogo político institucional do País, emergência resultante do processo de urbanização acelerada e do conseqüente crescimento do proletariado e demais camadas urbanas, originou o populismo. Mas essa associação, que o chamado Estado populista representou, era marcada por profundas contradições, não apenas entre representantes das diversas classes sociais presentes no Estado, mas entre facções da própria camada dominante, as elites econômicas e políticas do País: de um lado os reformistas, defensores do aprofundamento da experiência desenvolvimentista e populista e do arranjo político e econômico que ela representava; de outro, os segmentos autoritários, que não aceitavam essa incorporação das massas no processo político, nem as concessões sociais e trabalhistas por meio das quais as lideranças populistas mantinham sua credibilidade junto a essa população.<sup>1</sup>

Uma ótima síntese das ambigüidades do Estado populista é a frase atribuída a Vargas ao nomear seu ministério, em 1951: “Governo Popular e Ministério reacionário; por muito tempo ainda terá que ser assim” (Weffort, 1980, p. 17).

Mas, apesar do alto nível de polarização que essas contradições provocaram no processo político que desembocou no golpe de Estado de 1964, Mantega considera que

o tênue nacionalismo e distributivismo da elite reformista nunca chegou a caracterizar um projeto de desenvolvimento radicalmente diferente daquele proposto pelos segmentos mais conservadores da burguesia (Mantega, 1987, p. 31).

A principal referência teórica da estratégia de desenvolvimento econômico adotada no Brasil pelas elites reformistas, nos anos 50, foi o pensamento estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, da ONU – Cepal. Surgida no final da década de 40, num momento de afirmação da autonomia

---

<sup>1</sup> A literatura sobre o populismo e sua crise é vasta. Para um resumo panorâmico atualizado, usou-se Ferreira (2001).

econômica das nações latinoamericanas, a Cepal veio a se tornar o desaguadouro e porta-voz das primeiras interpretações econômicas do continente a se libertarem do mimetismo dos modelos explicativos dominantes nos países do capitalismo central.

Ao tentar explicar o atraso latinoamericano em relação aos países centrais e encontrar formas de superá-lo, Raul Prebisch começou a esboçar, a partir de sua experiência no Banco Central da Argentina, nos anos 30, as linhas mestras do que viria a ser o pensamento cepalino, ou estruturalista.

Diferentemente da visão linear e otimista, dominante no pensamento econômico dos países capitalistas avançados, que via o processo de desenvolvimento como uma sucessão de etapas progressivas que acabaria tirando todos os países do atraso, a interpretação de Prebisch e da Cepal partiu da constatação das peculiaridades da estrutura socioeconômica dos países periféricos. Percebiam aí os entraves estruturais ao seu desenvolvimento, e também das condições do comércio internacional, que, ao invés de promoverem o desenvolvimento geral, como previsto na teoria econômica liberal dominante, tendiam a aprofundar as disparidades entre os países.

Isso porque não se verificava a melhoria das condições comerciais para os países periféricos que vinham se especializando em produtos primários, como previa a tese neoclássica das vantagens comparativas, e muito menos a propagação do progresso técnico e do desenvolvimento, também supostos nessa interpretação.

Na visão neoclássica, os ganhos de produtividade crescentes das indústrias avançadas seriam repassados, via comércio, aos países atrasados, mediante redução dos preços dos produtos industrializados, enquanto que os preços dos produtos primários, dado o menor incremento de produtividade, permaneceriam elevados.

Para os cepalinos, não apenas os países desenvolvidos não estavam repassando aos países atrasados, via comércio, seus ganhos de produtividade, como, ao contrário, o que vinha ocorrendo era uma continuada deterioração dos termos de intercâmbio, em desfavor dos países atrasados. Isso porque, de um lado, a demanda das nações industrializadas por produtos primários era, tendencialmente, de lento crescimento, em função dos próprios limites físicos de consumo e também

dos avanços tecnológicos e do protecionismo comercial, ao passo que a demanda nos países atrasados por produtos industrializados era potencialmente crescente

De outro lado, a menor oferta de mão-de-obra nos países centrais, aliada à forte organização sindical dos trabalhadores, aumentava o poder de barganha destes por contínuas melhoras salariais, que eram repassadas pelos empresários aos preços dos manufaturados exportados. Essas características impunham, também maior rigidez salarial nos momentos de retração econômica, sendo mais difícil diminuir salários. Já nos países periféricos, a abundância de mão-de-obra e a fraca organização sindical traduziam-se em baixos salários e em preços igualmente baixos dos produtos primários de exportação, além de permitirem maior flexibilidade salarial: possibilidade de reduzir salários nos períodos recessivos.

Ou seja, quem acabava se apropriando dos ganhos de produtividade dos países industrializados eram os trabalhadores desses países, nada restando para os países atrasados, ao contrário do que supunha a teoria neoclássica do comércio internacional e sua tese das vantagens comparativas.

Ademais, a persistência dos países periféricos numa especialização primário-exportadora retirava-lhes qualquer possibilidade de gerarem novos impulsos dinâmicos para suas economias, em vista do estreitamento, da heterogeneidade e do congelamento de suas estruturas produtivas.

Assim, a Cepal concluía que o subdesenvolvimento latinoamericano não era uma simples etapa a ser automaticamente superada de um processo de desenvolvimento linear e que as economias periféricas deixadas ao sabor das livres forças de mercado jamais sairiam do atoleiro do subdesenvolvimento (Mantega, 1987, p. 38).

Para escapar desse destino, a única saída para esses países seria a promoção, pelos Estados nacionais, de uma política deliberada de industrialização, além de uma reforma agrária, com a melhora na alocação dos recursos produtivos e a introversão da atividade econômica em direção ao mercado interno. Só assim poderia haver desenvolvimento autônomo e consistente.

O papel atribuído pelo estruturalismo cepalino ao Estado, como principal promotor do desenvolvimento e até como agente produtivo direto, colocou essa corrente em aberta oposição ao pensamento econômico neoclássico dominante e às

propostas de política econômicas liberais, dele derivadas, defendidas com afinco pela maioria das demais organizações internacionais (FMI, BIRD, BID, etc.).<sup>2</sup>

A doutrina da Cepal tinha, assim, uma coloração nacionalista, mas de um nacionalismo que não hostiliza a totalidade do capital estrangeiro, centrando sua crítica na relação imperialista do comércio mundial com as economias agroexportadoras, mas mantendo a compreensão da necessidade daqueles capitais, especialmente via empréstimos governo a governo, para aumentar a disponibilidade de capital nos países atrasados. Tratava-se de uma proposta de “*desenvolvimento nacional mais do que propriamente nacionalista*”, voltada à industrialização e à dinâmica interna da economia, com menor dependência do mercado internacional de produtos primários (Mantega, 1987, pp. 39 e 40).

Ao abordar as consequências sociais da estratégia de desenvolvimento cepalina, Mantega considera que ela deixou de analisar com maior profundidade a natureza das relações de classe do modo de produção capitalista, dando pouca atenção também aos aspectos sociais e políticos das transformações em marcha no continente e preocupando-se quase que exclusivamente com os seus aspectos econômicos (Mantega, 1987, p. 42).

Desse modo, ao postular que o desenvolvimento capitalista autóctone, independentemente de suas características, seria benéfico para toda a população

evidencia-se a adesão da teoria da Cepal ao marco teórico fundamental da economia política clássica ou neo clássica, cuja vertente liberal ela pretendia combater. Para ambas, o capitalismo é uma organização econômica que, com maior (para uns) ou menor (para outros) interferência do Estado, consegue atingir e difundir o progresso social (Mantega, 1987, p. 42).

Ou seja, para a Cepal, como, de resto, para os economistas liberais, o subdesenvolvimento seria mais uma ausência de capitalismo do que o resultado dele em nossa região.

Essa interpretação de Mantega (1987) dos fundamentos do pensamento cepalino é compatível com a desenvolvida por Braga (2002), que sequer reconhece haver uma ruptura desse pensamento com o pensamento econômico tradicional sobre o comércio internacional:

---

<sup>2</sup> Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento.

as conclusões que distanciam o pensamento econômico cepalino do pensamento econômico tradicional no tocante ao comércio internacional devem ser tomadas com cuidado. É bem verdade que os modelos de vantagens comparativas dão pouca atenção às estruturas de preferência dos agentes, além de não levarem em conta a evolução das estruturas de oferta e de demanda dos produtos transacionados. Mas, diante do contexto das análises da importância da integração regional, não é verdade que a CEPAL teria desprezado as virtudes da especialização (Braga, 2002, p. 6).

Num balanço da situação do País no início da década de 60, após anos de aplicação do ideário desenvolvimentista, Mantega considera que

do ponto de vista estritamente econômico, a estratégia cepalina deu certo, com o país centrado num desenvolvimento “para dentro”, baseado no setor industrial e com razoável capacidade de autopropulsão. Porém, tudo isso não modificara as condições sociais do grosso da população, que continuavam iguais ou até pioraram, conforme começavam a assinalar os estudos da própria CEPAL feitos no início dos anos 60 (Mantega, 1987, p. 43).

A apreciação que faz Bielschowsky (1988) do pensamento cepalino, nesse aspecto, é diferente. Ele considera que os estudos do início dos anos 60, mencionados por Mantega, representaram exatamente uma importante reformulação analítica por que passava a Cepal, justamente por reconhecer que a industrialização não resolvia, por si só, o problema do desemprego e da pobreza. Nessa reorientação, os cepalinos passam a advogar a necessidade urgente de redistribuição de renda em favor das massas populares e de reorientação do estilo de desenvolvimento (Bielschowsky, 1988, p. 492). O otimismo social desenvolvimentista dos primeiros anos dá lugar, já no início dos anos 60, a um pessimismo quanto ao modelo de desenvolvimento da América Latina até então adotado. Esse pessimismo será analiticamente traduzido pela tese estagnacionista, que se abordará adiante.

Talvez por isso, apesar da concordância em elementos profundos de seus sistemas de crenças, Mantega considera errado circunscrever a teoria da Cepal aos limites da teoria convencional de extração neoclássica e keynesiana: ao focalizar sua análise na periferia atrasada ou subdesenvolvida do capitalismo, cuja dinâmica seria bastante distinta dos países centrais, o pensamento cepalino elaborou uma verdadeira teoria do subdesenvolvimento, algo totalmente impensável nos marcos teóricos tradicionais e que teve inegável influência sobre várias correntes teóricas de esquerda.

Ao analisar a chegada do pensamento desenvolvimentista cepalino no Brasil, Mantega considera que sua principal porta de entrada foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Iseb<sup>3</sup>, embora já se pudesse perceber uma inspiração cepalina na política econômica do Governo Vargas (1950-1954). Mas foi o Plano de Metas, do Governo de Juscelino Kubitschek, concebido com a ajuda de quadros isebianos, que revelou mais efetivamente essa influência, ao se basear nos diagnósticos e conclusões da Comissão Mista Brasil-EUA e do Grupo Misto Bnde-Cepal.<sup>4</sup>

O Iseb era uma instituição eclética, possuindo em seus quadros desde liberais progressistas até militantes do PCB, passando por socialdemocratas, influenciados por Gunnar Myrdal, então em evidência mundial, por sua passagem pela ONU, e cujas ideias foram introduzidas no Brasil pelo Iseb. Todas essas tendências se agrupavam em torno da figura central de Hélio Jaguaribe, ele mesmo um socialdemocrata.

Mas a linha mestra de sua atuação institucional, que unificava todos seus segmentos internos, foi a adesão ao desenvolvimentismo cepalino, que opunha as forças progressistas (burguesia industrial e trabalhadores) às forças reacionárias, compostas pela burguesia latifundiária e exportadora e por setores autoritários da classe média, especialmente nas forças armadas. Visto de outro ângulo, a concepção nacional-desenvolvimentista isebiana via a contradição nação–antinação como mais fundamental no País do que a contradição capital–trabalho.

Outra instituição governamental importante para configurar a coalizão de defesa desenvolvimentista, no período, foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – Bnde, fundado por Vargas em 1952, que passou a desempenhar papel cada vez mais proeminente na formulação e na implantação da política de desenvolvimento, como principal agência financiadora de investimentos do País.

No ano seguinte à criação do Bnde, foi instituído um grupo de trabalho conjunto entre técnicos do Banco e da Cepal. O Grupo Misto Bnde-Cepal, que durou de 1953 a 1955, foi coordenado por Celso Furtado e tinha como missão principal

---

<sup>3</sup> Criado pouco antes do Governo de Juscelino Kubitschek, como órgão vinculado ao Ministério da Educação, o Iseb se projetou no Governo JK como o núcleo intelectual de elaboração estratégica do Estado, tornando-se importante impulsionador do pensamento desenvolvimentista no país.

<sup>4</sup> Sobre o Plano de Metas do Governo JK, ver Orenstein e Sochaczewski, 1989. Sobre a participação de isebianos em sua elaboração, ver Ianni, 1986, p. 162.

elaborar um programa de desenvolvimento para o período 1955-1962. As propostas do Grupo Misto, fortemente ancoradas no ideário cepalino, concentravam-se em três objetivos estratégicos: esforço interno de poupança, melhoria das relações de preços de intercâmbio e entrada líquida de recursos externos, este último como forma de elevar o nível de poupança sem sacrificar o consumo da população.

Do esforço teórico interpretativo e da ação prática dessas instituições, nasceu o modelo de substituição de importações, que Mantega (1987) considera como o primeiro modelo interpretativo nativo da economia política brasileira. Herdeiro direto do estruturalismo cepalino, teve sua origem na formulação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado e nas interpretações de Ignácio Rangel sobre a estrutura arcaica da agricultura e a inflação brasileira.

O primeiro elemento fundamental desse modelo explicativo é a própria interpretação do processo de industrialização brasileiro – e de outros países da América Latina – como um processo histórico específico, não redutível aos processos de desenvolvimento próprios dos países capitalistas avançados. Tratava-se da “dinâmica do subdesenvolvimento”. Inicialmente a industrialização brasileira estava associada aos enormes volumes de capital advindos da expansão cafeeira e das exportações. Portanto, ainda uma industrialização dependente do mercado externo. Mas, a partir dos anos 30, ela passa a apresentar uma diversificação cada vez maior, a ponto de começar a substituir, no mercado interno, não apenas artigos de consumo, como também máquinas e equipamentos, o que era essencial para gerar uma dinâmica interna própria de investimentos e acumulação de capital.

Essa peculiaridade histórica teve consequências. Para Furtado, o desenvolvimento capitalista clássico foi movido pelo progresso técnico, com a classe trabalhadora assumindo o papel de fator dinâmico do sistema: ao pressionar por melhores salários, impunha aos capitalistas a introdução de inovações tecnológicas para poderem atender essas reivindicações sem comprometer sua lucratividade.

Mas as condições da industrialização dos países subdesenvolvidos foram bastante distintas. Inicialmente impulsionada pelo setor agroexportador, passou a substituir importações com mercadorias similares às antes importadas, assimilando, assim, suas condições de produção, o que resultou na adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e intensivas em capital, bem apropriadas à realidade dos países desenvolvidos (abundância de capital e escassez de força de trabalho),

mas desastrosas para a realidade do subdesenvolvimento. Ademais, o caráter monopolista do modelo de desenvolvimento gerava tendência à persistência de capacidade ociosa e de preços elevados, o que acentuava a concentração de renda, comprimindo ainda mais o já débil mercado consumidor.

Esse processo teria levado ao esgotamento do modelo nos anos 60, condenando a economia brasileira a uma insuperável estagnação, caso não se mudasse, por meio de reformas estruturais, o modelo de desenvolvimento, de modo a que se adotassem técnicas mais empregadoras de trabalhadores e se ampliasse o mercado consumidor e o poder de barganha dos trabalhadores. Estavam aí as bases do estagnacionismo, tese que viria a se tornar dominante entre os economistas de esquerda na primeira metade dos anos 60.

Do ponto de vista da conjuntura política desse período e, mais especificamente, dos alinhamentos políticos no sistema partidário, a aliança PSD-PTB representava o esteio do modelo desenvolvimentista cepalino, e, dentro dela, o PTB era seu principal porta-voz e fazia sua defesa mais explícita.

No início dos anos 60 assiste-se a um vigoroso crescimento do PTB, paralelo ao declínio de seu parceiro conservador, na aliança populista, o PSD, e do principal partido de oposição, a UDN.

Nas eleições legislativas de outubro de 1962, enquanto o PTB via sua representação no Congresso Nacional pular de 20 para 30%, passando a disputar com o PSD a condição de maior partido no Legislativo, a UDN elegeu, pela primeira, uma bancada menor que a do PTB.<sup>5</sup>

Assim, embalado pela ampla hegemonia desenvolvimentista e pelo sucesso eleitoral de 62, que o fez migrar da condição de coadjuvante da aliança populista para a de protagonista, o PTB tornou-se o fiador político da principal formulação econômica do governo João Goulart (ele mesmo um trabalhista): o Plano Trienal, de março de 1963, síntese do diagnóstico e das propostas desenvolvimentistas de então, elaborado sob o comando dos ministros da fazenda e do planejamento, San Tiago Dantas e Celso Furtado, respectivamente.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Sobre o desempenho eleitoral dos partidos no período, ver Soares (2001, p. 81).

<sup>6</sup> Para uma abordagem da proximidade entre os trabalhistas brasileiros e o pensamento cepalino, ver Sola (1998, p.62).

Sola (1998) considera que o pensamento econômico da Cepal exerceu no Brasil a função de preencher um vácuo ideológico, fornecendo a *rationale* técnica para as pré-existentes tradições nacionalistas.

A análise de Sola (1998), apoiada também na interpretação de Celso Furtado, em entrevista à autora (Sola, 1998, p. 138), embora apresente discrepâncias com relação às de Mantega (1987) e de Bielschowsky (1988), para o conjunto do período entre 1930 e 1960, termina por convergir com elas na caracterização dos alinhamentos políticos e ideológicos no início dos anos 60.

E facilita a compreensão do novo quadro de alinhamentos formado a partir do golpe de Estado de 1964, em que a política econômica abandonou qualquer veicidade nacionalista, preservando, todavia, as práticas de planejamento e de forte intervenção estatal, tão caras ao ideário desenvolvimentista, com a constituição de uma nova coalizão dominante, integrada por neoliberais e por desenvolvimentistas do setor privado e do setor público (não nacionalistas).

Apesar da continuidade do intervencionismo e do planejamento estatais na política econômica dos governos militares, a nova coalizão no poder rompeu com os paradigmas nacional-desenvolvimentistas sobre controles dos capitais estrangeiros e defesa da reforma agrária e de políticas de distribuição de renda, ao consolidar um modelo oposto de desenvolvimento, baseado na intensificação da integração internacional e na concentração de renda.

Como apontou Sola (1998), a “eficácia econômica” do modelo instaurado pelo regime de 1964 deve-se não apenas aos fatores comumente considerados – reconcentração de recursos políticos pelo Executivo Federal e exclusão dos interesses organizados e da classe política das arenas decisórias –, mas também à ausência da constrição ideológica que pesava sobre os nacional-desenvolvimentistas, de buscar um desenvolvimento redistribuidor de renda e inclusivo, entendido como democracia substantiva. Nesse sentido,

1964 não representou apenas o fim do modelo de desenvolvimento legitimado pela ideologia de colaboração de classes e apoiado na aliança partidária tradicional PTB-PSD. Representou também o fim de uma cultura política (Sola, 1998, p. 399).

Enquanto a política econômica do regime militar seguia, sem oposição, seu projeto de desenvolvimento capitalista fortemente associado ao mercado

internacional e com intensa presença estatal na economia, do lado dos críticos ao regime, as poucas vozes ainda não caladas ou expulsas pelo autoritarismo procuravam se associar ao pensamento crítico no exílio para denunciar as facetas socialmente perversas do chamado “milagre econômico” brasileiro (1968-1973), especialmente quanto à concentração de renda.

O impressionante ciclo de expansão da economia brasileira nesse período desmentiu as teses estagnacionistas, impondo a reconsideração da possibilidade de desenvolvimento capitalista no País, baseado na formação de um mercado consumidor urbano moderno e concentrado.

Em meados dos anos 70, a mudança de patamar socioeconômico do País, com a constituição de uma economia industrial integrada com uma sociedade urbana de massas, que acompanhou aquele ciclo expansivo, produziu a sensação generalizada da completa autonomia do País para decidir seu caminho, a partir dali. Segundo Goldenstein (1994), “*conservadores e progressistas uniam-se nesta ilusão de autonomia*”. Os primeiros considerando que a captação de recursos externos dependia exclusivamente da decisão nacional de atraí-los; os últimos advogando poder o País dispensá-los ou controlá-los e direcioná-los. “*Em comum, a ilusão da autonomia, a percepção equivocada do movimento do capital internacional e de nossa subordinação a ele*” (Goldenstein, 1994, p. 19).

Nesse contexto, constitui-se, em São Paulo, uma importante instituição abrigando boa parte dos professores da USP cassados pela ditadura militar: o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap. Com o debate de ideias nas universidades amordaçado pelo autoritarismo, a possibilidade de continuar a desenvolver uma teoria social crítica passou a depender, em grande parte, de instituições como o Cebrap, fonte de algumas das mais importantes reflexões de esquerda sobre a realidade brasileira nas décadas de 70 e 80.

Aliás, o grupo de pesquisadores que mais tarde viria a dar origem ao Cebrap começou a se aglutinar em torno dos seminários de leitura d’O Capital, de Marx, iniciados sob a inspiração do filósofo José Arthur Giannotti, no final dos anos 50, com a perspectiva de buscar uma leitura original de Marx que se afastasse dos dogmatismos e reducionismos com que era vista a produção teórica marxista brasileira de então, especialmente aquela vinculada ao PCB e às demais organizações de esquerda.

Sorj (2001) explica que a manutenção ativa do Cebrap, em plena ditadura, só foi possível graças à ajuda financeira da Fundação Ford e aos vínculos que a instituição conseguiu manter, por intermédio de alguns membros, com a classe política, a Igreja e setores liberais do empresariado (Sorj, 2001, p. 31). Com relação ao auxílio prestado pela Fundação Ford, vale lembrar que não se tratou de apoio isolado, mas de política deliberada e sistemática no sentido de financiar as ciências sociais no Brasil e em toda a América Latina, como observou Loureiro (1997, p. 66).

Nesse ambiente de um debate renovado do marxismo, relativamente distante tanto das universidades quanto da luta política – e, em muitos casos, distante do País, dadas as perseguições da ditadura –, elaborou-se uma importante corrente teórica de esquerda, o “dependentismo” ou “teoria da dependência”, cujos primeiros formuladores e principais expoentes foram Cardoso e Faletto (1970). Embora tenha exercido forte influência em toda a esquerda latinoamericana no período, na verdade, mais do que de uma teoria, se tratou de um arco teórico e analítico muito amplo, difícil de circunscrever e até de definir.

Assim, enquanto Magalhães (1999, p. 261) considera que houve uma só corrente dependentista que *“nada teve a ver com a Cepal”*, (Bielschowsky, 2000) já vê algumas variantes e pelo menos uma delas, a de Cardoso e Faletto (1970), herdeira das tradições analíticas cepalinas. Segundo ele, *“a ideia de ‘dependência’ – comercial, financeira e tecnológica – estivera presente na Cepal, desde as origens, ainda que a expressão propriamente dita não fosse utilizada”* (Bielschowsky, 2000, p. 42). Ademais, como ele também lembra, a tese de Cardoso e Faletto (1970) foi elaborada no escritório da Cepal, em Santiago do Chile, sob o estímulo da sociologia do desenvolvimento cepalina de José Medina Echavarría (ibidem, p. 41).

Bresser-Pereira (2005) considera ter havido pelo menos três versões da teoria da dependência bem distintas: uma versão marxista ortodoxa, desenvolvida por Gunder Frank, Rui Marini e Teotônio dos Santos, uma versão da dependência associada, originada na Escola de sociologia paulista (USP) e derivada da obra de Cardoso e Faletto (1970), e uma versão que ele chama de desenvolvimento nacional-dependente, na qual ele mesmo se insere, junto a Celso Furtado, e que teria origem nas tradições intelectuais do Iseb e da Cepal.

Com o novo ciclo expansivo da economia brasileira demonstrando o equívoco das teses estagnacionistas, esposadas pela maioria dos economistas de

esquerda até então, Cardoso e Faletto (1970) recusaram o determinismo externo e a interpretação da América Latina como um todo homogêneo, advogando a análise das condições socioeconômicas concretas de cada país em suas relações com os países desenvolvidos.

A nova fase da economia brasileira foi descrita, então, como uma nova forma de capitalismo industrial numa situação de dependência, baseada num importante mercado consumidor industrial urbano, ainda que concentrado e restrito, e integrada ao mercado mundial de modo distinto do das antigas economias periféricas agroexportadoras. Nessa nova etapa, a superação das últimas barreiras estruturais ao desenvolvimento e da condição de dependência dependeria muito mais das relações de poder do que de condições econômicas.

Na segunda metade dos anos 70, partindo de Cardoso e Faletto (1970), Cardoso de Mello (1988) propôs-se a superar os limites teórico-metodológicos da compreensão da especificidade do processo de formação do capitalismo no Brasil substituindo a periodização histórica proposta pelo estruturalismo cepalino, baseada no binômio economia colonial/economia nacional. A nova periodização, segundo ele mais fiel à realidade histórica do País, deveria ser capaz de captar o processo específico de formação capitalista tardia, a partir da transição de uma economia colonial a uma economia exportadora capitalista.

Contudo, apesar da refutação de vários postulados da Cepal, as elaborações de Cardoso e Faletto (1970) e de Cardoso de Mello (1988) são consideradas por Rodríguez (2009) continuadoras das tradições de pensamento cepalinas. No caso de Cardoso e Faletto (1970), especialmente pela compreensão da dependência como uma relação estrutural interno-externa e pelo compartilhamento da periodização do desenvolvimento periférico (crescimento para fora, industrialização substitutiva, crise do modelo).

Com relação a Cardoso de Mello (1988), Rodríguez (2009) o coloca, junto a Maria da Conceição Tavares, como referência da “Escola de Campinas”, baseada no Instituto de Economia da Unicamp. Conforme Rodríguez (2009), embora os próprios autores as inscrevam na tradição cepalina, as formulações dessa Escola tiveram que enfrentar, diferentemente do pensamento cepalino tradicional, um momento de ampla e aparentemente incontestável hegemonia do pensamento conservador e tecnocrático. E fizeram-no buscando uma nova perspectiva

interpretativa sobre as especificidades do desenvolvimento capitalista periférico no Brasil e na América Latina, que levaram à formulação das teses da industrialização restringida e do capitalismo tardio.

A respeito da Escola de Campinas, Cano (2007) explica que embora o Instituto de Economia da Unicamp tenha sido instituído, formalmente, em 1984, surgiu da transformação do antigo Departamento de Planejamento Econômico e Social, criado em 1968. Ainda sobre as origens da Escola, Cano é explícito ao situá-la no veio da Cepal, tendo a iniciativa partido de dois grupos de professores de economia, um paulista, outro carioca, ambos ligados institucional ou filosoficamente à instituição (Cano, 2007, p. 200).

Ele ressalta que a Escola teve papel ativo na luta contra a ditadura e contra a economia política do regime militar, não só pela produção teórica e analítica crítica, mas também pela participação direta de vários de seus componentes em movimentos pela redemocratização do País e pela atuação de alguns em partidos de oposição ao regime, especialmente o MDB e o PT.

Como mencionado, uma intervenção marcante no debate econômico brasileiro, representativa dessa Escola, foi o artigo de Tavares e Serra, “Além da Estagnação”, de 1969 (Tavares, 1974), que interpreta a crise do início dos anos 60 não como crise estrutural, mas basicamente de queda na taxa de investimentos. Para eles, o capitalismo brasileiro tinha plenas condições de entrar em novo ciclo de expansão, por meio de um novo estilo de desenvolvimento, baseado em impulsos internos, sem que isso significasse um enfraquecimento dos laços de dependência externa, mas, ao contrário, tornando-os ainda mais estreitos, por meio de novas formas de dependência tecnológica e financeira.

Mais uma vez, como aponta Bielschowsky (2000, p. 49), está presente a tradição da Cepal, pois o artigo foi produzido no escritório da instituição em Santiago do Chile, sob influência direta de Aníbal Pinto e de sua tese da heterogeneidade estrutural.<sup>7</sup>

Além das questões ligadas ao modelo de desenvolvimento, marcantes no debate econômico brasileiro desde a Era Vargas, o problema estrutural que ganhou

---

<sup>7</sup> A idéia de heterogeneidade estrutural refere-se à coexistência integrada de setores de alta e de baixa produtividade, sendo que o “estilo” de desenvolvimento latinoamericano ao invés de reduzir essa heterogeneidade aprofundou-a. Ver a respeito Rodríguez (2009, p. 323).

maior relevância no debate teórico e político da década de 1970, até pelas características do modelo desenvolvimentista autoritário, foi o problema distributivo, da concentração de renda. Como observaram Tolipan e Tinelli (1978), na apresentação de uma coletânea de artigos sobre “a controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento”, a publicação, pelo IBGE, dos resultados do Censo de 1970 detonou a discussão que se tornou mais candente da década no campo das políticas econômicas.

Todo esse debate sobre caminhos e modelos de desenvolvimento no Brasil, muito vivo na década de 70, apesar das restrições impostas pelo autoritarismo, sofrerá uma radical reversão na década seguinte. Goldenstein (1994, p. 19) apontou que quando, no início dos anos 80, eclode a crise da dívida externa, a análise sobre os caminhos e descaminhos da economia brasileira, entre os principais analistas econômicos, passa a confinar-se ao curtíssimo prazo, à crítica da política econômica: combate à hiperinflação, prevenção de crise cambial, nível da taxa de juros, etc., perdendo-se qualquer perspectiva de uma rediscussão do “modelo” econômico.

A explosão dos balanços de pagamentos latinoamericanos com a crise da dívida externa impôs a nova agenda do “ajuste estrutural”. Como lembra Paiva (2006, p. 45), o “Plano Baker”, apresentado pelo Secretário do Tesouro estadunidense, em 1985, para fazer frente à crise da dívida latinoamericana, representou a imposição de uma nova agenda econômica mundial, caracterizada por um vigoroso ataque ao Estado e que se sobrepunha à ordem internacional keynesiana, que vigorou até 1980.<sup>8</sup>

Nesse novo contexto e diante do fracasso da estratégia anterior de desenvolvimento, a Cepal passa a privilegiar os ajustes fiscal e externo e a estabilização monetária:

A crise dos anos 1980 deslocaria finalmente a um segundo plano a produção desenvolvimentista, e o esforço intelectual central passaria ao plano que se impunha historicamente, o da oposição à modalidade de ajuste exigida pelos bancos credores e pelo FMI. Como é óbvio, em condições de inviabilidade de crescimento, o espaço e o interesse pelas

---

<sup>8</sup> Dentre as principais propostas do “Plano Baker” destacavam-se: privatização de empresas públicas e redução da intervenção do Estado na economia; abertura dos mercados de capitais e de ações; liberalização do comércio e dos investimentos estrangeiros; flexibilização das regras do mercado de trabalho. Tratava-se de um prenúncio das políticas que logo depois viriam a ser sistematizadas por John Williamson, no que ficou conhecido como o Consenso de Washington.

discussões de longo prazo eram limitados. A primazia passava às questões imediatas ligadas à dívida, ajuste e estabilização (Bielschowsky, 2000, p. 58).

Apesar desse considerável recuo teórico, ainda na década de 1980 surgem trabalhos retomando a tradição cepalina do debate sobre o processo de desenvolvimento, em longo prazo. A principal contribuição nesse sentido vem de Fajnzylber (2000), e sua proposta de transformação produtiva com equidade, inaugurando uma linha interpretativa que passou a ser conhecida como neoestruturalismo.

Em um ensaio de 1983 (“La Industrialización Trunca de América Latina”), Fajnzylber identifica distorções no processo de industrialização do continente e propõe uma “nova industrialização”, baseada na criação de um núcleo endógeno de progresso técnico.

Já em Fajnzylber (2000), o autor combina os critérios de crescimento e distribuição de renda para classificar, numa pequena matriz quadrada, os países latinoamericanos, conforme tivessem mantido, entre 1970 e 1984, altas ou baixas taxas de crescimento e altas ou baixas taxas de equidade (distribuição de renda). Distribuídos os países nos quatro quadrantes da matriz, observou Fajnzylber que o quadrante correspondente a alto crescimento com alta equidade estava vazio (o “*casillero vacío*”).

A nova estratégia de crescimento, a transformação produtiva com equidade, deveria basear-se, então, na condução da América Latina ao “*casillero vacío*” por meio da “*caja negra del progreso técnico*”, compondo a relação conceitual com a qual Fajnzylber (2000) nomeia seu ensaio. A estratégia incluía uma política de abertura comercial, inédita nos posicionamentos da Cepal, buscando evitar o isolamento tecnológico em plena era da globalização (Bielschowsky, 2000, p. 61).

De qualquer forma, a impressão que fica do cenário dos anos 80 é que, efetivamente, com a crise da dívida e a nova hegemonia mundial neoliberal, tinham ficado para trás as grandes interpretações de longo prazo sobre modelos e caminhos para o desenvolvimento brasileiro. Era como se, chegado ao primeiro mundo do capitalismo monopolista e financeiro, ainda que com profundas contradições, o Brasil já pudesse de orgulhar de ser explicado pelas mesmas teorias que explicavam

as economias avançadas. Assim, parece ter razão Mantega (1997) de que fora virada uma página na economia política brasileira:

Consumada a transição para a acumulação industrial e financeira, deixavam de existir parte daquelas peculiaridades que tornavam o Brasil um objeto específico de análise, que exigia uma teoria apropriada para compreendê-lo. Estava encerrado um ciclo importante do pensamento econômico brasileiro (Mantega, 1997, p. 157).

É em meio a essa atmosfera intelectual e política que se forma o PT e começam a ser formuladas suas primeiras propostas de política econômica.

No final da década de 1970, momento de gestação do Partido dos Trabalhadores, a interpretação do nacional-desenvolvimentismo predominante entre as correntes políticas que se juntaram para formar o PT é sintetizada nas obras de Fernandes (2006), Oliveira (1988), Weffort (1980) e Chauí (1986).<sup>9</sup>

Ali o nacional-desenvolvimentismo era visto como a contra-face do populismo, a ideologia da política econômica dos governos que, entre 1945 e 1964, encarnaram a aliança de classes de que o populismo foi a maior expressão, pacto rompido pelo golpe de Estado de 1964.

Em crítica explícita às formulações de Furtado e da Cepal, Oliveira (1988, p. 13) afirmava, no final dos anos 70, que:

A teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do “desenvolvimentismo” que desviou a atenção teórica e a prática política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam. A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara.

As interpretações de intelectuais que confluíram para o PT consolidaram a apreciação essencialmente crítica e desfavorável do partido sobre o nacional-desenvolvimentismo. Desde seu nascimento, o PT fazia, em documentos oficiais ou pela voz de seus mais destacados intelectuais, um balanço bastante negativo dos resultados econômicos e sociais do ciclo desenvolvimentista.

---

<sup>9</sup> Florestan Fernandes, Francisco Weffort e Marilena Chauí eram, na primeira década do PT, não apenas ativos formuladores do pensamento petista, como importantes quadros políticos do partido: Florestan foi deputado federal constituinte por São Paulo; Weffort foi Secretário-Geral nacional do partido entre 1983 e 1986; e Marilena foi Secretária de Cultura na gestão petista de Luiza Erundina, na capital paulista, entre 1989 e 1992.

Embora reconhecessem a profunda mudança promovida no País pelos governos que adotaram o nacional-desenvolvimentismo – a começar da consolidação do capitalismo urbano e industrial, consumada nos anos JK – os intelectuais ligados ao PT, e particularmente seus formuladores de propostas econômicas, sempre denunciaram o domínio burguês sobre esse processo de crescimento econômico e seu caráter concentrador de rendas e excludente da massa da população. Ainda no início dos anos 70, ao abordar a legislação trabalhista e a inflação brasileira, Oliveira (1988, p. 15) chega a contestar frontalmente as interpretações, então frequentes, sobre o caráter economicamente distributivista dos regimes populistas do período 1930-1964.

Entretanto, apesar da veemente condenação do desenvolvimentismo e das tradições trabalhistas entre próceres intelectuais do PT, é temerário superestimar esses posicionamentos dentro da heterogênea e multifacetada composição política interna do PT. E mais perigoso ainda considerar que essas posições, ainda que se aproximassem das manifestações oficiais do partido, encontrassem completa ressonância em suas bases sociais.<sup>10</sup>

Essa interpretação desfavorável do desenvolvimentismo desdobrava-se, evidentemente, em apreciação crítica também à matriz teórica daquele ideário, o estruturalismo cepalino, mas também a algumas de suas alternativas críticas à esquerda, como o “dependentismo” ou a “teoria de dependência”.

Três anos antes de assumir a Secretaria de Cultura na gestão petista de Luiza Erundina, na capital paulista, em 1989, outra importante formuladora do ideário petista resumiu essas críticas:

Durante os anos 50, a CEPAL apresentara uma teoria do desenvolvimento capitalista na qual desenvolvimento e democracia eram tidos como inseparáveis porque modernizantes – teoria que, com interpretações diferentes, presidiu projetos político-econômicos de JK, JQ, JG e mesmo do grupo de Castello Branco, em 1964. A implantação das ditaduras mostrou que a teoria cepalina não tinha razão e foi substituída pela “Teoria da Dependência”, que, dando prioridade ao papel do capitalismo internacional em suas relações com os capitais nacionais, mostrava o vínculo entre desenvolvimento capitalista e autoritarismo (Chauí, 1986, p. 51).

---

<sup>10</sup> Observe-se que o próprio Oliveira inicia sua crítica fazendo a ressalva sobre o papel progressista desempenhado pelo estruturalismo cepalino no contexto do debate teórico-político dos anos 60 (Oliveira, 1988, p. 11). Sobre a influência do ideário nacionalista e trabalhista no PT, ver Reis Fº (2005, p. 178).

Com relação ao dependentismo a crítica principal era a pouca importância nele dada à luta de classes em cada um dos países ditos “periféricos” e os enganos na análise da divisão social internacional do trabalho (Chauí, 1986, p. 52).

Escrevendo no início dos anos 70, Weffort (1980, p. 174) apontava como dois equívocos principais na teoria da dependência, responsáveis por sua ambiguidade teórica, a aceitação indireta da ideia de um “modelo clássico europeu” de desenvolvimento capitalista e a de que as experiências históricas representativas desse modelo teriam se circunscrito ao âmbito da nação.

No momento da constituição do PT o cenário internacional era marcado por muitos avanços da esquerda e por movimentos revolucionários de impacto. Em 1979 eclodira a Revolução Islâmica no Irã e na América Central os sandinistas haviam tomado o poder, também ao cabo de um processo revolucionário. Entre 1979 e 1982, o sindicato polonês independente “Solidariedade” irrompeu com greves contra a ditadura burocrática “socialista” instalada no país e outros socialistas chegavam ao poder, eleitos, na Grécia, na Espanha e na França.

Mas o cenário mundial caracterizava-se também pelo início da onda neoliberal, que viria a se tornar hegemônica no planeta e era, nesse momento, personificada nos governos republicano de Reagan, nos EUA, e conservador, de Thatcher, no Reino Unido. Na América Latina esse ideário neoliberal encontrou terreno fértil para se expandir dado o colapso econômico generalizado, com a crise da dívida, do modelo de desenvolvimento da região, apoiado em forte endividamento externo.

Nesse ambiente político e ideológico – e no contexto de sua afirmação e de sua consolidação – é que o partido enfrenta seu primeiro desafio eleitoral, as eleições para o Congresso Nacional e para os Governos Estaduais, em 1982.

Como observou Keck (1991, p. 145-146), as eleições de 1982 tiveram um caráter especial, no contexto da transição conservadora do Brasil à democracia. De um lado, por serem as primeiras eleições diretas para governadores de Estado desde 1965. De outro, por serem as primeiras a se realizarem após a reforma partidária, quando puderam participar vários partidos desvinculados da herança do bipartidarismo do regime autoritário.

Tendo lançado sua principal liderança, Lula, à disputa do Governo do mais industrializado Estado do País, em 1982, o PT se viu obrigado a alinhar suas propostas de políticas públicas em diversas áreas, inclusive na econômica.

Assim, apareceu, em outubro daquele ano, como suplemento especial do “Jornal dos Trabalhadores” (órgão oficial de divulgação do partido), o documento intitulado “O PT e a Economia. Projeto de Programa Econômico do PT. Uma proposta para Debate” (PT, 1982). Elaborado por uma equipe de economistas do PT, coordenados por Paul Singer, contou também com a colaboração de economistas não filiados ao partido.<sup>11</sup> O documento vinha acompanhado de um manifesto de apoio assinado por vários economistas.

A apresentação do texto advertia que não se tratava de um documento completo e acabado sobre a economia do País e assumia a presença de itens controversos e merecedores de debate mais aprofundado, como as questões do socialismo, do papel do Estado na economia, da distribuição de renda e da reforma agrária. Afinal, eram três os objetivos declarados do documento: contribuir para a ampliação da consciência e organização da classe trabalhadora; contribuir, pelo estímulo à reflexão teórica, para o fortalecimento da unidade e a construção do PT; e fornecer subsídios aos candidatos do PT para abordarem temas nacionais durante a campanha eleitoral daquele ano. De toda forma, era a primeira vez que os petistas apresentavam, de forma organizada e sistemática, sua visão e suas propostas para a economia do País.

Logo na introdução do seu Projeto de Programa Econômico, o partido deixava claro que seu objetivo fundamental, a longo prazo, era a construção do socialismo no Brasil, embora ele não pudesse ser alcançado “*da noite para o dia*”, pois exigirá “*lutas prolongadas e uma considerável acumulação de vitórias*” dos trabalhadores. E nem “*poderá ser resultado de uma política de governo, apenas*”, porque o partido “*não alimenta qualquer ilusão de que o Estado possa estabelecer o socialismo por decreto*” (PT, 1982, p. 2).

Esta é uma ideia-força que acompanhará as formulações do partido e que marca uma diferença substancial de sua concepção de socialismo com relação às

---

<sup>11</sup> Segundo a publicação, participaram da elaboração: Adriano Biava, Bastian Rydon, Carlos Eduardo Zanata, Eduardo Suplicy, Francisco de Oliveira, Gessner de Oliveira, Paulo Vannuchi e Plínio de Arruda Sampaio Filho.

da maioria dos partidos comunistas e socialistas até então organizados no Brasil: a do papel (limitado) do Estado na construção do socialismo.

A esse respeito, o coordenador da elaboração do documento, Paul Singer, viria a se pronunciar, quatorze anos mais tarde, acrescentando que

A idéia de que a instauração do socialismo não está na ordem do dia é no mínimo abstrusa. Ela se liga à concepção de um socialismo imposto à sociedade via poder de Estado. Mas o máximo que o poder de Estado pode realizar é expropriar a classe capitalista, o que está longe de assegurar o socialismo. Este terá de ser construído pelas classes trabalhadoras no seio da sociedade civil, mediante a democratização do poder nas empresas e demais instituições. Os que ocupam o poder de Estado podem contribuir fixando novas normas jurídicas que incorporem as transformações em curso. Neste sentido, a instauração do socialismo está sempre na ordem do dia, sem que conste da plataforma dos candidatos socialistas ao poder de Estado. (Singer, 1996, p. 11).

Em sentido aproximado, Oliveira (1986) assinalava que a crise geral da esquerda, na década de 1980, tinha, como um de seus componentes, a ultrapassagem pelo capitalismo de pontos programáticos que eram revolucionários na época dos dez pontos de Lênin, de 1905, destacadamente a estatização de setores de infraestrutura e bancário, empreendida em vários países capitalistas avançados. E conclui que *“ser estatizante não é mais suficiente para ninguém definir-se como socialista”* (Oliveira 1986, p. 20).

O Projeto de Programa Econômico prosseguia dizendo que *“o PT não tem a menor intenção de gerir o capitalismo e suas crises, mas entende que as lutas por objetivos imediatos são justas”* por corresponderem a necessidades da classe trabalhadora e por reforçarem as lutas pelos objetivos estratégicos do partido.

Nesse ponto, o partido entrava na velha polêmica do movimento socialista internacional, entre reforma e revolução, assumindo, claramente, uma posição reformista, ainda que em diversas manifestações oficiais negasse essa condição, advogando que sua estratégia superava o falso dilema<sup>12</sup>. A propósito, é esclarecedora a análise de Oliveira (1986, p. 29): *“há que se escapar desse velho clichê e empreender firme e seguramente o caminho das reformas”*. Segundo ele, conjunturas revolucionárias poderiam acontecer, mas sua resolução não se daria

---

<sup>12</sup> Veja-se, por exemplo, esse trecho das Resoluções do 5º Encontro Nacional do partido, em 1987, no qual, após negar que reforma e revolução sejam termos antagônicos, afirma-se: *“nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas (...). A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma”*, ou seja, quando abandona o objetivo final da luta pelo socialismo (PT, 1998, p. 313).

pelo partido e sim por uma combinação de bases classistas, exigindo “o abandono da veleidade de exclusivismo da representação, do partido único”.

Quanto às propostas específicas do Projeto de Programa Econômico de 1982, voltadas ao enfrentamento dos diversos problemas, no curto prazo, podem ser assim resumidas:

1. Dívida Externa: renegociação global para acertar prazos de amortização e taxas de juros compatíveis com o crescimento da economia e a satisfação das necessidades do povo. Essa renegociação deveria ser: (a) conduzida por um governo democrático, com respaldo popular; (b) implementada conjuntamente com uma política de reorientação industrial voltada ao consumo popular e à geração de divisas; e (c) empreendida em conjunto com outros países devedores para aumentar seu poder de barganha.
2. Combate ao Desemprego: instituição do salário-desemprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e instituição de programas de investimentos públicos e privados voltados à ampliação da infraestrutura urbana e dos serviços públicos e à absorção de mão-de-obra.
3. Política de Rendas: aumento imediato em 55% do salário mínimo, para elevá-lo ao patamar mais alto da história (1959); fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores por meio de reforma sindical e trabalhista que assegure autonomia sindical, direito de greve, estabilidade no emprego e criação de uma central sindical.
4. Combate à Inflação: escala móvel de salários com reajuste automático a partir de 10 % de inflação; incentivo à produção e subsídio ao consumo popular; expansão dos serviços gratuitos de saúde, educação e transportes; extinção de taxas públicas para famílias de baixa renda.
5. Impostos: abolição gradativa dos impostos indiretos; isenção aos produtos de consumo essencial; alíquotas progressivas conforme o montante dos lucros; extinção dos rendimentos não tributáveis, com exceção dos originados do trabalho; taxa adicional sobre

propriedade urbana sem uso; adoção de imposto sobre solo criado; novos impostos sobre grandes heranças e produtos de luxo.

Algumas observações sobre os pontos centrais desse projeto de programa. Primeiramente, importa verificar que a entrada do PT no debate da política econômica do País se faz rejeitando a prioridade da pauta do ajuste fiscal e do equilíbrio monetário, já francamente dominante, em vista da crise da dívida externa e do descontrole inflacionário.

Na contracorrente dessa pauta, o partido enfrentava o debate da crise fiscal do Estado brasileiro com sua proposta de renegociação da dívida externa e procurava restabelecer, com pauta prioritária, aquela que vinha polarizando o debate na década de 70: a da redistribuição e da desconcentração da renda.

Sobre a relação do País com o capital estrangeiro, o projeto de programa afirma que

seria um erro supor que os trabalhadores, constituídos em força hegemônica da nação, nada teriam a ganhar em se relacionar com as potências que até o momento praticamente monopolizam a criação de nova tecnologia. Para que possa superar o atraso econômico, é indispensável que o Brasil socialista do futuro tenha acesso à tecnologia mais avançada. Este acesso terá que ser negociado com quem a possui, como hoje já o fazem todos os países, inclusive os que romperam com o imperialismo e expropriaram as firmas estrangeiras (PT, 1982, p. 15).

Portanto, longe da visão muito comum de um partido que àquela época pretendesse romper completamente com a ordem capitalista internacional – coisa certamente defendida por muitas de suas correntes internas e, publicamente, por várias lideranças, a perspectiva expressa no projeto de programa econômico de 1982 era bem mais pragmática e muito próxima da perspectiva de inserção soberana presente no nacional-desenvolvimentismo.

Quinze anos mais tarde, o partido voltaria a mencionar a condição historicamente superada do nacional-desenvolvimentismo. No 11º Encontro Nacional do PT, em 1997, o partido se propôs a apresentar uma alternativa política e econômica ao nacional-desenvolvimentismo, consubstanciada no seu programa da revolução democrática:

somente uma revolução democrática será capaz de pôr fim à exclusão, às desigualdades sociais e ao autoritarismo que marcam nossa história, oferecendo uma alternativa concreta e progressista ao nacional-desenvolvimentismo, superado historicamente, e ao conservadorismo neoliberal (PT, 1998, p. 653).

Escrevendo no final de 1997, um dos principais formuladores do pensamento econômico petista dizia que o modelo cepalino de crescimento “para dentro”, baseado na substituição de importações e nos regimes políticos nacional-populistas se esgotou. E que seu padrão de desenvolvimento, embora exitoso na consolidação do parque industrial brasileiro e na elevação do padrão de vida da população, manteve a cultura patrimonialista da elite e uma das mais profundas desigualdades na distribuição de renda em todo o mundo, padrão perverso agravado no regime militar (Mercadante, 1998, pp. 135-137).

Pode-se concordar com boa parte dessa crítica, mas é preciso dizer que há aí uma grande confusão do nacional-desenvolvimentismo com o estatal-desenvolvimentismo autoritário.

Na primeira metade dos anos 60 a defesa de reformas estruturais (as reformas de base) rachou o bloco desenvolvimentista ao aproximar ainda mais os cepalinos da esquerda e do PCB e ao criar um abismo político entre esse grupo e as demais correntes desenvolvimentistas. Entre essas os desenvolvimentistas não nacionalistas, muitos dos quais passaram a conspirar abertamente pela derrubada do Governo Jango.<sup>13</sup>

Como observou Bielschowsky (1988), no início dos anos 60 os nacional-desenvolvimentistas estavam reformulando sua proposta desenvolvimentista original, em busca da incorporação da massa da população ao desenvolvimento capitalista, por meio de uma reforma fiscal distributivista e, sobretudo, de uma ampla reforma agrária. E continuavam a defender o controle do capital estrangeiro e ampla intervenção estatal na economia.

Assim, colocá-los no mesmo “barco” dos desenvolvimentistas não nacionalistas, que mais tarde foram implementar a política econômica do regime militar, é errado em vista da enorme diferença entre seus sistemas de crenças a partir dos anos 60. E é também inconsistente do ponto de vista histórico, pois se se tratava de defensores das mesmas causas não haveria necessidade de um golpe militar para retirá-los do poder e muito menos de uma ditadura para cassar-lhes os direitos políticos e bani-los do País.

---

<sup>13</sup> Sobre a atuação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – Ipes e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – Ibad, e de economistas de várias correntes nessas instituições, ver Dreifuss (1987).

Ademais é importante lembrar que o Projeto de Programa Econômico do PT de 1982 tinha como bandeira para o salário mínimo, que ele voltasse ao nível mais alto da história, atingido em 1959, ou seja, em pleno surto desenvolvimentista do Governo JK. Fica incompreensível que um governo que implementa um “padrão de desenvolvimento promotor das mais profundas desigualdades na distribuição de renda” possa ser, ao mesmo tempo, lembrado como símbolo de políticas distributivistas.

Na verdade, analisadas cuidadosamente, as propostas econômicas da resolução política do 11º Encontro Nacional do partido cabiam perfeitamente no ideário nacional-desenvolvimentista, deixando a nítida impressão de que o esforço do partido em superar essa alternativa política “*caduca*” e “*superada historicamente*” revelou-se mais retórico do que efetivo. Se não vejamos:

Este programa radicaliza a democracia, promove reformas sociais, impede a desnacionalização e desindustrialização do País, promove o desenvolvimento, baseado na distribuição de renda, na expansão do mercado interno, na defesa dos interesses nacionais e será viabilizado por meio de uma reforma tributária capaz de gerar poupança pública para financiar o crescimento, reorganizar os serviços públicos, sobretudo a saúde e a educação, e promover uma reforma democrática do Estado. Esse programa deve implementar políticas de renda mínima, um plano nacional por mais e melhores empregos e salários, realizar a reforma agrária e uma política agrícola objetivando o combate à miséria (PT, 1998, p. 660).

Comparando-se o sentido geral dessas propostas com o ideário nacional-desenvolvimentista as semelhanças são bastante evidentes. Basta comparar as propostas da “revolução democrática” do PT, em 1994 e 1997, com o clima ideológico vigente no período áureo do nacional-desenvolvimentismo e com as principais propostas dos trabalhistas naquele momento. Como afirmou Neves (2001),

esperança, reformismo, distributivismo e nacionalismo eram elementos integrantes da utopia desenvolvimentista que se constituiu como signo daquela época. Portanto, a conjuntura delimitada pelos anos 40 e início dos anos 60 foi caracterizada pela crença de expressivos segmentos da sociedade civil brasileira de que a modernidade só seria alcançada se apoiada em um programa governamental sustentado pela industrialização, por políticas sociais distributivistas e por efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país (Neves, 2001, p. 172).

Já D’Araújo (1996) ao relatar a realização da XI Convenção do PTB, em maio de 1959, mostra que

o tom nacionalista mais uma vez deu a tônica do encontro e as moções aprovadas então dão a noção do tipo de preocupações que ocupavam os

petebistas. Entre elas, condenava-se a internacionalização da Amazônia, a timidez reformista de JK e a pressão dos capitais estrangeiros sobre a economia nacional (D'Araújo, 1996, p. 126).

Mais curioso ainda é que todo esse esforço do PT em superar programaticamente essa herança do nacional-desenvolvimentismo redundará, nas eleições presidenciais de 1998, numa ampliação da coligação de apoio a Lula, incorporando o único partido representativo de esquerda que ficara de fora da aliança eleitoral de 1994, e o mais legítimo representante do ideário nacional-desenvolvimentista no Brasil: o Partido Democrático Trabalhista – PDT, de Leonel Brizola.

Em análise sobre o Governo Lula, Boschi (2007) observou que as medidas voltadas à manutenção da estabilidade monetária representaram uma continuidade apenas aparente da política econômica do governo anterior (de FHC), tendo havido, na realidade, uma inflexão, *“envolvendo a utilização de instrumentos mais rígidos de política monetária, combinados a estratégias seletivas de fomento e aperfeiçoamento institucional”* (Boschi, 2007, p.309).

Um dos exemplos dessa mudança, segundo Boschi, foi o papel atribuído pelo novo governo ao Bndes, que havia sido transformado em agência de implementação do programa de privatizações, na gestão FHC. O Governo Lula, ao contrário, colocou o banco estatal como núcleo de uma rede institucional voltada à coordenação das atividades de desenvolvimento, visando à implementação de uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior (Boschi, 2007, p. 312).

Para Boschi (2007) ocorreu nesse período a retomada de uma trajetória de desenvolvimento *“fundada numa modalidade de intervencionismo estatal que inova, mas que tem uma linha de continuidade com o desenvolvimentismo estatal do século 20”*. Tratar-se-ia, de uma característica dos governos progressistas de anos recentes na América Latina, nos quais a clara incorporação da questão social como prioridade representaria a retomada, num cenário pós-neoliberal, da agenda cepalina dos anos 80, de “crescimento com equidade”, agora redefinida, com mais pragmatismo, como um desenvolvimento combinado com valorização da estabilidade e da disciplina fiscal:

o neo-intervencionismo representa, assim, um modelo híbrido de coordenação econômica efetuada de maneira centralizada e a partir do mercado (...) não representa uma volta ao Estado produtivo, mas apenas um maior grau de coordenação estatal da esfera econômica (...) [que

originou] um novo discurso, menos fundado nas virtudes do livre mercado e mais positivo com relação às possibilidades do intervencionismo estatal (Boschi, 2007, p. 322).

Como se vê, apesar de toda a retórica petista, desde a origem do partido, de condenação da tradição nacional-desenvolvimentista e apesar de o PT se propor, em seus documentos partidários e programas eleitorais, superar essa tradição por meio de uma alternativa social e econômica que fosse além das realizações do nacional-desenvolvimentismo, a verdade é que o partido nunca chegou a formular uma proposta de política econômica que rompesse totalmente com os pressupostos daquela ideologia e, mais ainda, manteve-se, em boa medida, dentro dessa tradição.

Já se disse muitas vezes que o PT tomou o lugar, na história do Brasil, que poderia ter sido do PCB. Muito já se falou também que o verdadeiro partido social-democrata no Brasil de hoje não é o PSDB, mas o PT. Mas a trajetória das propostas econômicas do partido, analisada à luz da tradição nacional-desenvolvimentista, sugere reconsiderar o significado do PT na história da esquerda brasileira e percebê-lo como um herdeiro, ainda que com inúmeras e consideráveis diferenças, da tradição trabalhista do velho PTB.